



A economia agrícola fluminense (1910–1920)

Ana Maria dos Santos* e Sonia Regina de Mendonça**

Resumo – Faz-se uma reflexão sobre as atuais regras de rateio das rendas petrolíferas que beneficiam as cidades confrontantes com a Bacia de Campos, demonstrando que são municípios rentistas, antes de petrolíferos. A magnitude desses recursos, que resulta em orçamentos exageradamente acima da média dos demais municípios brasileiros, provoca reação na mídia e passa a alimentar algumas iniciativas legislativas pela alteração das regras vigentes. São levantadas algumas hipóteses que procuram explicar a intrigante manutenção dessas formas benéficas a tão poucos municípios da Federação, a inércia legislativa e a atuação de *lobbies*.

Palavras-chave: *royalties* do petróleo; regiões petrolíferas; Bacia de Campos; *lobbies*; Rio de Janeiro.

À guisa de introdução

Nosso trabalho definiu-se a partir de duas circunstâncias fundamentais: em primeiro lugar, o próprio andamento de nossas pesquisas individuais voltadas para o estudo da diversificação da economia fluminense desde fins do Império até a Primeira República. Em segundo lugar, a localização e exploração intensiva de uma fonte básica, em todos os aspectos e informações que ela pudesse vir a oferecer ao pesquisador, configurando um exercício de análise que se tornasse ponto de convergência de ambas as circunstâncias.

O primeiro ponto levantado prende-se ao nosso estudo das iniciativas estatais fomentadoras da diversificação agrícola em dois níveis, estadual e nacional, as quais, a partir de determinado momento – tendo o ano de 1910 como inflexão – revelaram-se paralelas e complementares. Desde 1903, a partir da presidência de Nilo Peçanha, observaram-se esforços derivados do governo do Estado do Rio de Janeiro voltados para o saneamento da sua crise; esforços estes concretizados por meio de um conjunto de práticas – discursivas e concretas. Tais esforços convergiam – e continuaram convergindo por

* Docente associada ao Programa de Pós-graduação em História da UFF. E-mail: amaria@urbi.com.br.

** Docente associada ao Programa de Pós-graduação em História da UFF e Pesquisadora I do CNPq.
E-mail: smend@ar.microlink.com.br.



toda a década de 1910 – para o cultivo diversificado de gêneros de primeira necessidade destinados ao mercado doméstico como uma das alternativas, quer valorizando as possibilidades de colocação da produção regional junto ao Distrito Federal, quer manejando instrumentos tarifários e fiscais a seu alcance.

Nessa conjuntura, o Ministério da Agricultura acabou por constituir-se, após sua criação em 1909, em aliado junto a tais iniciativas, ao propor, em âmbito nacional, uma política calçada em premissas semelhantes, conquanto pautada por novas preocupações: de um lado, as dificuldades do abastecimento alimentar das principais capitais e de outro, sua superação através da assim chamada *modernização da agricultura*¹ do país, o que incluía, obrigatoriamente, o reforço do policultivo.² Ao desencadear a operacionalização dessa política, por intermédio da divulgação do “Questionário sobre as Condições da Agricultura nos Municípios do Brasil”, o Ministério já encontrava amadurecida em ao menos sete anos a iniciativa fluminense, cujos frutos podem ser avaliados pelo próprio Inquérito de 1910, empreendido com vistas a alicerçar a política diversificadora do órgão federal.

O “Questionário sobre as Condições da Agricultura nos 48 Municípios do Estado do Rio de Janeiro (1910–1913)” foi utilizado, dessa forma, enquanto instrumento que nos permitisse, em primeiro lugar, esboçar um diagnóstico acerca do quadro geral da diversificação agrícola do estado em um dado momento.

Em seguida, pretendeu-se, a partir da fonte, avaliar a concretização da iniciativa diversificadora, discutindo-se a utilização do documento enquanto tal, seus limites, suas perspectivas para um trabalho prático, assim como sua utilidade para o desdobramento de nossas pesquisas.

A economia agrícola fluminense em 1910: um esboço

Fornecendo informações para um universo integrado por quarenta e oito municípios, contendo informações, simultaneamente, quantificáveis e qualitativas – aqui tabuladas para itens como “colheitas”, “principais culturas”, “criação”, “exportação e importação”, “salários” e “sistemas de trabalho”, dentre outras – o Questionário apresenta lacunas e variações no tocante à qualidade e quantidade dos dados apresentados. (Santos & Mendonça, 1992) Conseqüentemente, para nos assegurarmos da credibilidade das informações prestadas pela fonte, de modo a subsidiar conclusões mais precisas, lançamos mão, basicamente, do cotejo com os dados presentes no Recenseamento Geral do Brasil, de 1920, assim como de outros documentos que serão apresentados no decorrer do trabalho. Dessa forma buscou-se estabelecer parâmetros confiáveis tanto do ponto de vista metodológico – visando testar a validade das informações do Questionário – quanto da ótica de uma avaliação prospectiva, ratificadora, ou não, das tendências detectadas na economia agrícola fluminense em 1910.



O Questionário, face aos próprios propósitos com que foi implementado, demonstra, da parte de seus elaboradores, uma acentuada preocupação com as condições da produção de gêneros de primeira necessidade e com a pecuária, privilegiando-os na construção dos itens constantes do inquérito. Já a lavoura para exportação emerge de forma marginal junto às perguntas formuladas, para o que, tanto as respostas prestadas pelos agricultores quanto as observações do inspetor encarregado de acompanhá-los, propiciaram esclarecimentos não buscados pelo inquérito do Ministério da Agricultura, conquanto igualmente indicativas do universo de preocupações compartilhado pelos grandes proprietários fluminenses.³ Isso se justifica pelo fato de entendermos que a questão da diversificação agrícola não pode ser desvinculada das condições gerais do próprio setor agrário-exportador já que, ao menos no caso do Estado do Rio, ela esteve estreitamente relacionada com as alterações sofridas pelos principais cultivos exportáveis da região: o do café e o da cana-de-açúcar.

Em que pese a ausência no Questionário de perguntas específicas acerca do café, por exemplo, no universo dos quarenta e oito municípios pesquisados, existem dados sobre sua produção relativos a trinta e dois deles, todos referentes ao ano de 1910. Outros onze municípios, mesmo sem fornecerem dados numéricos, acusam a presença de seu cultivo por meio de informações tais como “existe”

(Iguassu, Mangaratiba, Paraty e Saquarema), “pequena” (Cabo Frio, São João Marcos, São Pedro da Aldeia, São Sebastião do Alto, Teresópolis) ou ainda “importante” (como nos casos de Sumidouro e Macaé). Em apenas cinco municípios verificou-se a total inexistência de produção cafeeira (Niterói, Angra dos Reis, Magé, São Gonçalo e São João da Barra). Logo, parecem-nos existir informações confiáveis para trinta e sete dos quarenta e oito arrolados na fonte, isto é, 77,1% da amostra.

Quanto às informações de teor quantitativo, uma vez contrastadas com os resultados do Recenseamento de 1920, revelaram-se efetivamente coerentes: ou seja, os mesmos municípios que, em 1910, registravam a presença ou uma pequena produção cafeeira, situar-se-iam, dez anos mais tarde, como produtores de pequeno e médio porte do produto. De igual forma, aquelas municipalidades que informaram ser o cultivo do café importante, em 1920 ainda se apresentavam como produtoras de significativa expressão.⁴

Assim, é possível afirmar que, malgrado a conjuntura de crise então anunciada, 80% dos municípios fluminenses ainda plantavam café em 1910, ainda que em distintos graus de intensidade. A produção deste último ano, tomando-se tão somente os 32 municípios que apresentaram informações quantitativas, foi de 62.547 toneladas, face a uma exportação estadual de 44.643 toneladas, segundo outras fontes oficiais.⁵ Isolando-se os dez maiores municípios cafeeiros do estado, verifica-se que

somente eles respondiam, sozinhos, por uma produção de 41.867 toneladas, equivalentes a 93,8 % do total das exportações fluminenses do produto no ano, oscilando sua produção individual entre 3.000 e 5.400 toneladas. Vale registrar ainda que, à exceção de Paraíba do Sul e de Santa Tereza de Valença, todos os demais se localizavam na região serrana do Norte Fluminense, demonstrando um *deslocamento dos tradicionais grandes centros produtores* do estado. As demais municipalidades, situadas em faixas produtivas inferiores a 3.000 toneladas/ano, encontravam-se disseminadas por toda a região do vale do rio Paraíba do Sul.

Ao mesmo tempo, caso acrescentássemos ao total indicado de 62.547 toneladas, a pro-

dução dos onze municípios sem qualquer informação quantitativa, a diferença ampliada entre produção e exportação colocar-nos-ia uma questão: a do destino desse excedente, explicável em função do próprio consumo interno estadual, das saídas não registradas oficialmente do produto, bem como das repercussões, no plano microrregional, da conjuntura nacional de superprodução cafeeira.⁶

Uma vez mais, o confronto com os dados do Recenseamento de 1920 veio a confirmar, com escassa margem de variação, a distribuição regional dos dez maiores municípios cafeeiros fluminenses, como pode ser observado do Quadro I, que se segue.

Quadro 1
Produção de Café por Município - Rio de Janeiro, 1910 (em toneladas)

Menos de 100t	Entre 100 e 500t	Entre 500 e 1.000t	Entre 1.000 e 2.000t	Entre 2.000 e 3.000t	Entre 3.000 e 4.000t	Entre 4.000 e 5.000t	Mais de 5.000t
Duas Barras	Araruama	Capivari	Barra do Pirai	B. São João	Itaperuna	Bom Jardim	São Francisco de Paula
Maricá	Pirai	Itaguaí	Campos	Barra Mansa	Monte Verde	Cantagalo	Paraíba do Sul
Itaboraí	Rio Bonito	Nova Friburgo	Carmo I	Petrópolis	Madalena	Santa Tereza	
	Rio Claro	Valença	Itaocara	São Fidélis	Santo Antônio de Pádua		
	Japuíba		Resende				
	Sapucaia		Vassouras				

Fonte: Questionário de 1910.

A partir de sua observação, constata-se que, destes últimos, sete mantiveram-se nesta mesma posição em 1920, excluindo-se São Francisco de Paula, Cantagalo e Santa Tereza, cuja produção

decaíra entre 50 e 60%. Entre os que permaneceram São Fidélis, Bom Jardim e Santa Maria Madalena tiveram, igualmente, sua produção decrescida, ao passo que o município de Monte



Verde, quase que a duplicou. Já os novos municípios cafeeiros, emergentes entre os dez maiores produtores do estado em 1920 – Macaé, Campos e Valença – situaram-se em faixas de produção ainda inferiores ao décimo colocado segundo o Questionário em 1910.

Do exposto, é possível concluir pela existência de uma tendência efetivamente declinante da produção de café junto à maioria das municipalidades do Estado do Rio entre os anos de 1910 e 1920, malgrado a produção total do estado registrasse crescimento. Tal fato pode ser explicado pelo vertiginoso aumento da produção em Itaperuna e Santo Antônio de Pádua, na ordem de 343,8% e 264,1%, respectivamente, respondendo ambos, sozinhos, por 52% da produção total dos dez maiores núcleos cafeeiros do estado ou, ainda, por 38% da produção total do estado em 1920 (80.597t).

Na verdade, confirmou-se a tendência, já esboçada em 1910, da predominância de áreas mais novas de cultivo da região serrana do Norte Fluminense, chegando a se incluírem, em 1920, municípios tradicionalmente *não cafeeiros*, como Macaé e Campos dos Goytacazes. Tal fato, entretanto, não deve eclipsar o quadro mais amplo de crise da cafeicultura fluminense. Pelo contrário, este teria se agravado quando, em paralelo à tendência declinante da produção cafeeira média da maioria de municípios, configuraram-se dois novos grandes produtores, responsáveis pelo paradoxo de observar-se, em 1920, a produção do estado majorada em relação a 1910, enquanto sua exportação total

decaía para apenas 18.693 toneladas, o equivalente a mais da metade do café produzido tão somente por Itaperuna e Santo Antônio de Pádua. (Brasil, 1919, p.25)

Se a situação em 1910 apresentava-se, aparentemente, mais favorável do que em 1920, não significou que a tendência à superprodução nacional, aliada ao declínio da cafeicultura em várias áreas do território fluminense, tenha sido minimizada, gerando um conjunto de medidas acauletadoras contra o aprofundamento da crise setorial por parte do Estado em seus planos nacional e regional. Dentre elas, destacaram-se várias modalidades de incentivo – tais como prêmios, fornecimento de sementes a preço de custo, redução de fretes ferroviários etc. – à diversificação agrícola, tanto no segmento produtivo tradicionalmente ligado à exportação, quanto às áreas produtoras de gêneros alimentícios para mercado interno.

Quanto a este último aspecto, vale registrar que o único produto para mercado interno privilegiado no Questionário de 1910 foi a cana-de-açúcar, o que se explicaria pelo nada desprezível consumo interno de seus derivados. Apesar disso, no tocante à produção canavieira fluminense, a fonte é pouco elucidativa. De um lado, em função do fato de nenhuma das municipalidades ter prestado qualquer informação quantitativa sobre o produto, tendo-se limitado, vinte e seis delas, a apenas acusar sua existência, enquanto outras dezenove classificaram-na como “muito importante”. Somente três municípios – Niterói, Magé e São João

Marcos – revelaram sua total ausência, significando, de uma forma ou de outra, que 94% dos 48 municípios fluminenses plantavam cana, dado ser seu processamento possível até mesmo com baixíssimos níveis técnicos, tendo em vista o fornecimento para *mercados locais*.

O Questionário somente apresenta dados quantificáveis para a produção açucareira de Campos, Macaé, Itaocara, Sapucaia, Maricá e Itaguaí, totalizando 31.539 toneladas. A despeito desta enorme lacuna é significativo notar que somente estes seis municípios – que englobavam o primeiro e o segundo maiores produtores fluminenses – responderam por uma produção equivalente a 89% das exportações estaduais de açúcar no ano de 1910 (35.481 toneladas).

Comparando-se os dados disponíveis para 1910 e 1920, alguns pontos merecem destaque. Primeiramente, a constatação de que dos seis municípios maiores produtores de açúcar assim designados em 1910, apenas três reapareceram dentre as dez maiores regiões açucareiras em 1920, a saber, Campos, Itaocara e Sapucaia. Igualmente, confirmou-se o município de Campos como o principal produtor estadual, conquanto tivesse sua produção reduzida em 59%, com relação a 1910. Dos demais municípios, que não se incluíram entre os dez maiores produtores em 1920, destacou-se a anômala situação de Macaé, que registrou uma produção total de apenas 175 toneladas, embora fosse tido como o segundo maior produtor do estado, além de acharem-se localizadas, em seu território, duas importantes usinas, com rendimento

mínimo de 5kg de açúcar por cada 100kg de cana esmagada. (Mendonça, 1999) Em segundo lugar, observou-se que, dentre os novos municípios açucareiros arrolados em 1920, incluíam-se, além de Campos, três dos dez maiores produtores de café do estado, evidenciando um *outro padrão* de diversificação agrícola, pautado pela *associação de dois cultivos para exportação*.

Para além do quadro das culturas para exportação, o Questionário apontou para a grande disseminação da produção de gêneros de primeira necessidade pelo território fluminense, destacando-se, entre eles, o milho, o feijão, o arroz e a farinha de mandioca. A despeito de todas as suas limitações, a fonte revelou-se um documento eficaz para avaliação dos resultados da política diversificadora da agricultura estadual iniciada por Nilo Peçanha, tendo em vista o atendimento ao consumo interno e a criação de um excedente exportável.

Destacou-se, em primeiro lugar, a produção do milho, cultivado em cerca de 80% das municipalidades fluminenses, já que dez entre os 48 da amostragem, não forneceram qualquer informação sobre o produto. A partir do Questionário de 1910 é possível extrair dados quantitativos para 17 municípios, enquanto os 21 restantes fornecem apenas subsídios qualitativos a seu respeito, variando do mero registro da existência do cultivo, até sua classificação enquanto “muito importante”. Retirando os dez maiores municípios produtores (Quadro 2, em anexo), chegou-se a um total produzido



de 57.279 toneladas, o qual, comparado à exportação estadual do gênero (29.833t), revela que cerca de 48% desta produção permaneceu dentro do estado, para atender ao consumo interno, o que é reforçado pelo fato de que no Porto do Rio de Janeiro, a partir de 1908, deixaram de ser registradas importações de milho do exterior, decrescendo, igualmente, as entradas do produto oriundo de outras unidades da federação, por cabotagem.⁷

Em comparação com os dados constantes do Censo de 1920, três constatações merecem destaque quanto ao produto. Em primeiro lugar, o fato de se ter alterado, consideravelmente, a lista dos dez maiores produtores do estado, nela permanecendo, nesta classificação, tão somente, os municípios de Santo Antônio de Pádua, Cantagalo e Paraíba do Sul. Em segundo, o enorme crescimento da produção revelado por esta amostragem, tendo atingido o total de 105.297 toneladas. E, finalmente, o concomitante decréscimo de suas exportações em 1920, limitadas a apenas 12.143 toneladas ou o equivalente a tão somente 11,6% do total atingido pelos dez maiores municípios produtores.

Cultura intercalar ao café, tal como o milho, o feijão também teve sua produção disseminada por todo o Estado do Rio. Alvo de preocupações específicas sugeridas pelo Questionário, o feijão era produzido por 36 municípios, conquanto apenas 17 deles tenham prestado informações quantitativas sobre a colheita de 1910. Os dez maiores produtores de então somaram um total de 6.630 toneladas, para uma exportação de

3.990t (Quadro 2). Logo, verifica-se um excedente de cerca de 39,8%, destinado ao mercado de consumo interno, mesmo considerando que esses produtores não eram os únicos responsáveis por sua produção. Apesar dos dez maiores produtores no ano de 1920 incluírem apenas três dos municípios produtores de 1910, verifica-se uma tendência à auto-suficiência quanto ao fornecimento do produto, já esboçada no Questionário. Senão, vejamos. À produção consideravelmente aumentada (mais de 16 toneladas para os dez maiores produtores da década de 20), correspondeu uma exportação de 1.167 toneladas, restando, dessa forma, 92,8% para abastecimento do mercado doméstico estadual. O Recenseamento de 1920 veio corroborar tanto o caráter generalizado deste cultivo – ainda que em distintos níveis de intensidade –, revelado pelo Questionário de 1910, quanto sua maior concentração espacial junto a áreas onde a produção de café se aviltava, a despeito das alterações na lista dos dez maiores produtores.

Dentro da perspectiva diversificadora das políticas agrícolas do período, destacou-se, quase sempre, a questão do arroz. No Questionário, sua presença em termos numéricos era bem pequena, dificultando uma percepção mais apurada acerca da posição deste gênero no contexto da policultura fluminense: somente treze municípios declararam sua produção. Dentre estes, os dez maiores produtores somavam 10.317 toneladas, em face de uma exportação estadual de 1.175t, significando que

88% do arroz produzido no estado eram retidos no próprio mercado interno, confirmando tendência já observada para o milho e o feijão. Chama ainda a atenção o fato de, entre os dez maiores produtores de arroz, encontrarem-se os três maiores produtores de café: Paraíba do Sul, Cantagalo e Santo Antônio de Pádua.

Os dados do Censo de 1920 confirmaram essa produção de arroz para consumo doméstico: os dez maiores produtores de então responderam por um total de 12.876 toneladas, total este que, apesar de não significar crescimento expressivo em relação a 1910, adquiriu nova dimensão ao considerar-se que a exportação do produto pelo estado foi de apenas 130 toneladas, equivalente a 99% da produção para consumo interno. Cabe ainda observar que, tal como em 1910, achavam-se entre os dez municípios maiores produtores de arroz não só os mesmos três grandes produtores de café de então, como também quatro dos novos maiores produtores de café.

A implementação da política agrícola diversificadora perpetrada pelo Ministério da Agricultura no tocante ao Estado do Rio viu-se obstaculizada, por exemplo, no caso da produção da farinha de mandioca que, a despeito de enfatizada através de um item especial no Questionário de 1910, nele compareceu com escassas informações. Das 48 municipalidades fluminenses abrangidas pelo inquérito, três declararam a total inexistência de tal produção e apenas outras três forneceram dados sobre o produzido. Maricá, Sant'Ana de Japuíba e Itaboraí

produziram 2.880 toneladas de farinha, equivalendo a 58,5% das exportações estaduais (4.923t). Valendo-nos das apreciações qualitativas disponíveis na fonte, foi possível constatar que a “geografia da mandioca” colocava-se diversa da do café: a maioria das regiões produtoras concentrava-se na área da Baixada Fluminense, onde a produção canavieira ainda era expressiva, juntamente com a da farinha, que despontava para a exportação desde 1906.⁸ Essa tendência foi igualmente confirmada pelo Censo de 1920, segundo o qual os dez maiores produtores do estado situavam-se nessa mesma área, oferecendo um total de 25.385t, em face de uma exportação estadual de apenas 899t, configurando, assim, um setor produtivo especialmente destinado ao atendimento do mercado consumidor regional.

A pecuária seria outro setor importante da pauta diversificadora já mencionada, sendo privilegiada no Questionário com inúmeras interrogações acerca da intensidade, espécies criadas, produtos derivados e seu preço no âmbito municipal. Entretanto, tornou-se impraticável reconstituir a população animal do Estado do Rio, na medida em que somente três municípios apresentaram numericamente sua atividade criatória: Campos, Cantagalo e Araruama. Lançando mão das informações qualitativas constantes das notas do Inspetor encarregado e no item relativo às exportações municipais, foi possível inferir que, para alguns municípios, a pecuária desempenhava significativo papel econômico, quer em função da



produção de animais, quer daquela de leite e derivados, ultrapassando os limites do consumo local, ao destinar-se à exportação.

Nesta situação enquadravam-se dezenove municípios, dos quais nove exportavam gado em pé⁹ e dez exportavam leite e seus derivados.¹⁰ Importa observar que desses dezenove, doze eram simultaneamente produtores de café e, destes, seis figuravam entre os dez maiores núcleos cafeicultores do Estado do Rio. Por outro lado, apenas cinco eram municípios passíveis de serem classificados como canavieiros – Campos, São João da Barra, Itaocara, Araruama e Sapucaia. Tal configuração parece-nos apontar para uma maior incidência da pecuária nas regiões do café, recolocando-se, aí, o problema da diversificação pretendida pelos governos fluminense e federal, ao adotarem a prática da concessão de prêmios, do patrocínio a exposições, dos subsídios à importação de reprodutores de linhagem, além da fixação de isenções fiscais.¹¹ Ao mesmo tempo, perguntamo-nos em que medida a referida incidência seria concomitante com ou substitutiva à própria cultura do café no estado, face à sua específica situação de crise.

Do Recenseamento de 1920 é possível extrair os dez maiores municípios criadores de bovinos do Estado do Rio, nesta ordem: Campos, Valença, Paraíba do Sul, Cantagalo, Resende, Itaperuna, Vassouras, Barra Mansa, Santo Antônio de Pádua e São Fidélis. Comparando-os com o verificado no Questionário conclui-se, em primeiro lugar, pela coerência das informações, na medida em

que, à exceção de São Fidélis, todos os demais municípios pecuaristas de 1920 foram igualmente arrolados como expressivos produtores em 1910. Em segundo lugar, reiterou-se a incidência da atividade criatória nas áreas tradicionalmente ocupadas pelo café: seis dos municípios acima mencionados também se incluíam na relação dos dez maiores produtores cafeeiros em 1920 (vide Quadro 2) e quatro nas áreas onde o café já declinara, corroborando a possibilidade de a pecuária afigurar-se como atividade econômica substitutiva ao café, como nos casos de Vassouras e Cantagalo.

A economia agrícola fluminense: esboço de tipologização

Em função dos objetivos do trabalho e tomando por base a estrutura do Questionário de 1910, tentamos reconstituir, até o momento, o quadro geral da agricultura fluminense, tal como apresentado em 1910, em relação à posição específica dos produtores para exportação e produtores para mercado interno dos gêneros destacados. Tal procedimento se fez necessário quer como forma de demonstrar as possibilidades metodológicas da fonte, face aos objetivos propostos, quer como instrumento de construção do painel possível da produção agrícola do Estado do Rio, quase uma década após o início da política diversificadora e protecionista lançada durante a gestão de Nilo



Peçanha e no momento em que o governo federal assumiu alguns de seus pressupostos, avaliando as suas projeções através de elementos fornecidos pelo Recenseamento de 1920.

Agora, nesta segunda parte, nosso propósito consiste em tratar os dados descritos no sentido de estabelecer correlações e associações passíveis de conduzirem a uma apreciação da natureza dessa diversificação, tanto em relação à política do governo fluminense quanto, e principalmente, em relação aos setores exportadores de café e açúcar, numa tentativa de estabelecer prováveis tipologias de diversificação.

No processo de inferência, avaliação e estabelecimento de padrões/tipologias de diversificação da agricultura do Estado do Rio tornou-se imperioso lançar mão de outras informações contidas no Questionário, complementares àquelas relativas à produção, particularmente as referidas ao comércio local, intraestadual e aos preços de alguns produtos. Tomando por base o exposto na seção anterior, acrescido, agora, dos dados sobre a exportação, verificou-se uma generalização do cultivo dos produtos destinados à exportação por quase todo o território fluminense.

Assim, dentre os 43 municípios cafeicultores, trinta e três exportavam o produto, independentemente de seu destino final e dentre as 45 municipalidades produtoras de cana, treze exportavam açúcar e vinte e duas, aguardente. A despeito disso, configurou-se uma distribuição geográfica com base na predominância ora do café, ora da cana, mesmo quando

ambas as culturas fossem concomitantes, como ocorria em alguns municípios.

Operando sempre com o universo construído dos dez maiores municípios cultivadores de cada produto, três eixos, em princípio, se configuraram: um, preponderantemente cafeicultor, englobando a região serrana do Baixo Paraíba e incluindo tanto municípios de uma cafeicultura em processo de declínio, quanto municípios onde seu cultivo encontrava-se em expansão mas que, até 1910, não se notabilizavam como produtores. O segundo eixo, delineou uma região nitidamente canavieira, situada em dois pólos, na Baixada Fluminense e o norte do estado, em torno de Campos. Finalmente, estabeleceu-se o contorno de uma área à margem de ambos os padrões descritos, onde os cultivos de exportação tiveram passagem rápida, declinaram ou subsistiram com base em baixos níveis técnicos e de produtividade e na qual, à primeira vista, o policultivo pareceu afigurar-se como alternativa àquelas. Entretanto, esta tipologia apresentou-se diferentemente ao se comparar a distribuição da produção de gêneros com a do café e da cana, passando a ser detectada uma associação entre ambos os produtos.

Tomando o Quadro 2 em anexo como base para a análise tem-se, para 1910, que o eixo predominantemente cafeicultor foi aquele que se nos afigurou como em processo de diversificação mais dinâmica: Paraíba do Sul, Santo Antônio de Pádua e Cantagalo, além do café, eram também os maiores produtores de milho,



arroz e feijão, com destaque para o primeiro município que, além de segundo produtor de café, colocava-se em igual patamar quanto ao milho e terceiro maior produtor de arroz e feijão, emergindo a lavoura de gêneros tão expressiva quanto a cafeicultura. Este, igualmente, seria o caso de Bom Jardim, onde a grande cultura do café ladeava a do milho e a do feijão.

Já os demais seis municípios cafeeiros não figuram entre os dez maiores produtores de gênero algum o que, em princípio, poderia sugerir a negação do padrão diversificador até aqui esboçado. Entretanto, consultando os demais itens do Questionário – onde os plantios de milho, arroz e feijão são indicados como “expressivos” para todas estas municipalidades – com especial atenção para o exame dos *mercados de destino* de sua produção de gêneros (vide Quadro 3 em anexo), tornou-se patente que esta excedia os limites de um consumo estritamente local nos casos de municípios como São Francisco de Paula, Santa Tereza, Santa Maria Madalena, Monte Verde, Itaperuna e São Fidélis, configurando-se, todos eles, a partir da nova variável agregada, como também diversificados.

Em contrapartida, Valença, Piraí, Duas Barras e Itaguaí, destacados como grandes produtores *apenas* de milho, arroz e feijão, não o foram enquanto cafeicultores. Recorrendo uma vez mais ao conjunto de informações prestadas pelo Questionário, entretanto, percebe-se que todos eram pequenos produtores de café,¹² o que

delineava um *outro padrão de diversificação*, tendo por base a pequena cafeicultura. A pecuária, sobretudo de bovinos, igualmente a ele associou, incidindo tanto em municípios grandes produtores de café, quanto naqueles de menor porte. Afinal, os grandes produtores de gêneros, acima referidos, também ocupavam posição expressiva na exportação de gado em pé e laticínios.

Quanto à região aqui denominada de “canavieira”, o que se nos colocou, em primeiro lugar, foi o redimensionamento de seus contornos. Do ponto de vista estrito da generalização desta cultura, quase todo o Estado do Rio estaria, a rigor, nela incluído, posto situar-se o açúcar como produto de consumo interno por excelência, passível de processamento em baixos níveis técnicos, mesmo que resultando em produtos de qualidade inferior ou ainda de aguardente. Entretanto, enquanto todos os municípios plantadores de cana-de-açúcar produziam igualmente a aguardente, alguns até para exportação, apenas treze eram exportadores de açúcar. Logo, da perspectiva da produção do açúcar propriamente dito, para exportação, a área abrangida se tornava mais restrita, situando-se no Norte Fluminense, região das grandes usinas e com grande produtividade. Com relação à produção de gêneros, a região canavieira pareceria, num primeiro relance, pouco diversificada, em confronto com o “eixo cafeicultor”, considerando-se os óbvios limites impostos pelos escassos dados que a fonte apresenta quanto à produção da cana.

Ao basearmos-nos somente nesses dados, percebemos que, dos municípios canavieiros, somente Itaocara, Maricá e Itaguaí encontravam-se entre os grandes produtores de gêneros: Itaocara como o quarto produtor de arroz, Maricá como terceiro de farinha e Itaguaí como sétimo e nono produtor de arroz e milho, respectivamente. Note-se, porém, que sua produção é bem inferior a de Campos e de Macaé. No conjunto do Questionário registraram a simples “presença” dos demais gêneros de primeira necessidade. Já o maior produtor de açúcar do estado, Campos, destacou-se por seu plantel bovino, como detentor do maior rebanho fluminense, e não pela chamada “lavoura branca”.

Ao acrescentarem-se os elementos relativos às exportações municipais e seus destinos (ver Quadro 3, em anexo), viu-se que alguns exportadores de açúcar também o eram de gêneros para o mercado regional, sendo esta exportação mais freqüente para os produtores de aguardente. O elemento comum a todos esses setores era a produção em menor escala e de mais baixo nível técnico, aos da grande região açucareira fluminense. Ao contrário, o município de Campos situava-se como um grande *mercado consumidor regional de gêneros*, concentrando suas usinas um forte contingente de mão-de-obra e uma grande população. O único gênero que aparece disseminado pela área tradicionalmente canavieira foi a mandioca, produto típico da Baixada, destinado à exportação.

De maneira geral, os municípios tradicionalmente canavieiros não se caracterizaram por significativa produção diversificada, conquanto alguns exportassem gêneros para o mercado regional e o Distrito Federal, dependendo das condições específicas de sua localização geográfica e dos meios de comunicação e transporte.

Outro dado observável entre os municípios produtores de cana foi a freqüência com que o café apareceu como item de suas exportações, apesar de nenhum dos grandes exportadores de açúcar estar relacionado entre os maiores produtores de café. Tomando os dados de produção fornecidos pelo Questionário para a área canavieira, vê-se que, à exceção de Campos, que também se colocava como médio produtor de café (1.500t), os demais apresentaram uma produção equilibrada entre café e açúcar, revelando um outro padrão viável de diversificação agrícola na região da cana, qual seja, aquele que associava dois produtos de exportação, permitindo a extensão da lavoura de gêneros, ao contrário do primeiro padrão, que ratificava a predominância da cana, abrigando um menor crescimento da produção de gêneros. Colocar-se-ia, finalmente, o *problema* de regiões em que – associando-se ambas as culturas de exportação de modo equilibrado porém com níveis declinantes de produção – o cultivo de gêneros igualmente mantinha-se pouco dinâmico. Teríamos, então, regiões como alguns municípios da Baixada da Guanabara, onde a grande diversificação



equivale a um declínio geral da agricultura, embora continuassem exportando algum café, aguardente e gêneros para os mercados mais próximos. Este era o caso de Capivari, Maricá, Sant'Anna de Japuiba, Itaguaí, Araruama e Iguaçú, municípios para os quais a política de estímulo à diversificação, aliada a obras de saneamento, visava à conquista do mercado, tão próximo, da Capital Federal.

A nosso ver, um dos meios para avaliar o alcance desta política econômica praticada pelo governo estadual – tendo em mente os padrões possíveis seguidos pela diversificação nas diferentes zonas produtoras do estado, articulados quer em função do café, quer em função da cana – residiria na análise do quadro geral das exportações municipais de gêneros. A partir daí observa-se (ver Quadro 3) que dos 48 municípios do estado, 38 os exportavam, conquanto isto não significasse que os dez restantes não os produzissem, como era o caso específico de Campos. Isto demonstra uma expressiva difusão da *pequena lavoura* pelo Estado do Rio. As direções e rumos tomados pelas exportações de gêneros de cada área da região fluminense, tornaram-se critério relevante em nossas considerações. Ou seja, o mercado para o qual se voltava a produção de um município é que validaria, de certa forma, a intensidade de seu padrão diversificador.

Nessa perspectiva temos que dos 38 municípios exportadores, seis atingiam somente o mercado regional; 17 o Distrito Federal e

15 exportavam para ambos os mercados. É fundamental notarmos que, dos seis primeiros, nenhum se incluía entre os 10 maiores produtores de café, os quais se achavam voltados basicamente para o Distrito Federal (quatro) e para ambos os mercados (seis). Quanto aos grandes produtores de açúcar, apenas um exportava para o mercado regional (São João da Barra) e três para ambos os mercados (Itaocara, Macaé e São Fidélis). Isto evidenciaria a maior expressividade da diversificação agrícola junto a regiões dotadas de uma maior retaguarda cafeeira, incluindo os médios produtores e aqueles que, além de café, exportavam alguma aguardente. Até mesmo do ponto de vista geográfico a maior expressividade a que nos referimos foi constatada ao observarmos que, dos quinze municípios que exportavam para ambos os mercados, doze pertenciam à região serrana do Norte Fluminense, área mais recente da cafeicultura e servida especialmente pela rede da E.F. Leopoldina.

O mercado consumidor regional preferencialmente atendido por esta área era Campos, pólo receptor da produção de gêneros oriundos de seis desses doze municípios (Itaperuna, Monte Verde, S. A. de Pádua, São Fidélis, Macaé e S. João da Barra). Outrossim, configurou-se para o Alto Paraíba – área mais tradicional da cafeicultura do estado – a concentração de nove dos dezessete 17 municípios que exportavam gêneros somente

para o Distrito Federal, *sem atender ao mercado regional*, fato explicável tanto pelas conexões diretas estabelecidas pela E. F. Central do Brasil, quanto pela afirmação do padrão de auto-suficiência do abastecimento municipal e pelo declínio do café.

Observações pertinentes ao Recenseamento de 1920 dariam a medida para a avaliação da efetividade dos padrões prefigurados, a partir do Questionário, para os rumos que tomaria a diversificação agrícola fluminense.

Em primeiro lugar, destacou-se a concomitância entre a grande produção de açúcar e café para quatro dos dez maiores produtores cafeeiros – Itaperuna, Santo Antônio de Pádua, Bom Jardim e Campos – o que pareceria, à primeira vista, constituir-se no aqui denominado “padrão de associação equilibrada” entre os dois maiores cultivos de exportação que já tínhamos identificado em 1910. Entretanto, confrontando-se a produção de cada um deles viu-se que o equilíbrio era aparente (ver Quadro 2), diante da constatação de que se mantinham ou predominantemente cafeeiros (Itaperuna, Bom Jardim e Santo Antônio de Pádua) ou predominantemente canavieiros (Campos), apresentando os demais seis grandes produtores de açúcar, estes sim, uma relativa harmonia entre ambas as culturas. Em qualquer dos casos, tomando-se a produção de gêneros, a diversificação acompanharia os movimentos do cultivo do café.

Em segundo lugar destacou-se a maior diversificação dos próprios municípios cafeeiros, quando se observa que, dos dez maiores produtores, dois associavam-se a todos os gêneros selecionados – Campos e Itaperuna; três municípios a dois deles – Santo Antônio de Pádua, Cambuci e Macaé e cinco, a um só gênero preponderantemente, também na condição de seus grandes produtores – Paraíba do Sul, Santa Maria Madalena, São Fidélis, Bom Jardim e Valença. Contrastada com a situação de 1910, quando seis dos maiores produtores cafeicultores não se incluíam entre os dez principais produtores de gênero algum, esta maior diversificação pareceu, no entanto, ter seguido os mesmos dois padrões já pre-nunciados no Questionário: tanto a diversificação se deu a partir do crescimento do setor exportador (como é o caso de Itaperuna, Campos, Santo Antônio de Pádua, Cambuci e Macaé), quanto pareceu avultar-se a chamada “diversificação substitutiva”, correspondente ao declínio da cafeicultura, como no caso dos cinco municípios que, em 1920, emergiram como grandes produtores de um único gênero, tendo tido, ao mesmo tempo, sua produção de café diminuída (ver Quadro 2). Em confronto com os dados muito mais completos do primeiro censo econômico do país, o diagnóstico e a avaliação da economia agrícola fluminense estabelecidos a partir do Questionário, foram corroborados no que tange à tendência do desenvolvimento da policultura.



A economia agrícola fluminense: considerações gerais

Uma vez que nosso propósito inicial era o de avaliar a utilidade do Questionário de 1910-1913 como instrumento de diagnose do quadro mais amplo da economia agrícola fluminense posteriormente à inauguração da política do governo estadual voltada para a diversificação, algumas conclusões preliminares se colocam.

Em primeiro lugar, em que pesem as lacunas e insuficiência dos dados contidos na fonte aqui privilegiada e que foram apontadas ao longo do trabalho, ela nos permitiu constatar um expressivo grau de auto-suficiência do Estado do Rio de Janeiro no tocante à importação de gêneros de primeira necessidade para o abastecimento interno. Muito embora o Questionário tenha apontado 10 municípios não exportadores desse tipo de produtos, ele não indicou, muito pelo contrário, a total ausência da sua produção. Além disso, a configuração de um mercado intermunicipal, para o qual concorreram trinta e dois municípios, confirma a possibilidade do deslocamento de excedentes dentro das próprias fronteiras econômicas do estado, suprindo possíveis carências das áreas menos diversificadas.

Em segundo lugar, o Questionário permitiu também inferirmos uma certa dinâmica de diversificação agrícola acentuada, de forma mais intensa, para as áreas predominantemente cafeeiras.

Quer estivessem em expansão ou declínio desembocavam em uma exportação de gêneros destinada a um mercado bem mais amplo que incluía, além dos municípios a ela vizinhos, o Distrito Federal; dinâmica esta não verificada para as áreas canavieiras.

Em terceiro lugar, ressalte-se que, se tanto a auto-suficiência no abastecimento, quanto a produção de excedentes exportáveis de gêneros eram objetivos visados pela política econômica iniciada pela gestão de Nilo Peçanha em 1903 – com sua proposta de transformar o estado no *celeiro do Distrito Federal* –, o Questionário ainda permitiu avaliar alcance relativo dessas medidas, uma vez que, conforme demonstrado, somente as áreas que de algum modo preservaram a cafeicultura, puderam responder aos estímulos públicos, auto-sustentando essa diversificação. Ao contrário, a aplicação de medidas de incentivo à policultura junto a municípios da Baixada da Guanabara e região de “serra abaixo”, enquanto tentativa de reerguê-los do declínio econômico baseada na produção para o mercado crescente da capital federal, acabou por atrelá-los a uma dependência ainda maior da iniciativa governamental para promover o saneamento regional, o qual não se concretizou nesta época. Sem contar com uma retaguarda exportadora que lhes permitisse empreender a diversificação autonomamente, a política estatal não foi suficiente e a região conheceu uma diversificação sim, porém com baixos níveis de produtividade, se comparada



com as áreas cafeeiras de “serra acima”, amparada em seu mercado local e na proximidade com os dois centros mais populosos e administrativos: as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói.

Uma vez discutidas as condições da produção agrícola fluminense, podemos finalmente a dimensionar a qualidade das demais informações contidas no Questionário quanto às possibilidades e limites que oferecem para um trabalho empírico, especialmente aquelas referentes à situação da terra, sistemas de trabalho, salários, preços dos gêneros e transporte, tão importantes para uma avaliação mais ampla da situação da agricultura do Estado do Rio de Janeiro.

Tendo em mente a matriz da qual se originou a fonte, ressalte-se que a situação de crise do setor exportador fluminense incluía também todo um quadro de mudanças na propriedade e nos sistemas de aproveitamento da mão-de-obra, posicionando-se o Ministério da Agricultura por uma suposta e vaga proposta de *democratização da terra* como parte importante de sua política diversificadora-modernizadora. No entanto, mesmo sendo o Questionário publicado pela agência, ele não oferece elementos capazes de propiciar uma apreciação acerca das dimensões da propriedade ou da relação entre o número de propriedades e o de proprietários, nem tampouco sobre o parcelamento da terra, fato comumente apontado nos debates da Assembléia Legislativa como *uma*

decorrência natural da crise.¹³ Configurou-se, assim, uma inseparável defasagem entre os propósitos e as realizações do Maic que, ao mesmo tempo em que pretendia divulgar e difundir, através do Questionário, *vantagens do policultivo*, não revelou medidas concretas para uma alteração da estrutura agrária estadual.

Quanto à questão da mão-de-obra, igualmente colocada pela fonte como “o” grande problema da *lavoura* fluminense,¹⁴ surgiu no Questionário apenas a partir das queixas dos agricultores ou do mero arrolamento dos sistemas de trabalho mais freqüentemente adotados em cada município. Exatamente por ser a fonte tão pouco precisa no tocante à discriminação do sistema de trabalho dominante no plano dos estabelecimentos ou dos municípios, nossa tarefa restringiu-se a explicitar algumas constatações.

Em primeiro lugar, estariam aquelas relativas à extrema variedade de combinações entre formas de trabalho rural no Estado do Rio. Enquanto apenas Petrópolis, por exemplo, registrava o assalariamento como modalidade básica de utilização da mão-de-obra, vinte e sete municípios – inclusive quatro dos maiores produtores cafeeiros – apresentaram prevalência da combinação entre dois sistemas de trabalho (variando, grosso modo, entre salário/parceria e salário/meação) enquanto dezoito deles – aí incluídos os seis demais produtores de café – combinavam três formas de sistemas de exploração da mão-de-



obra, sendo mais freqüentes os arranjos salários/meia/empreitada e salário/parceria/contrato. Além desses, apenas Maricá e S. Francisco de Paula acusaram adotar quatro sistemas de trabalho, simultaneamente. O que o Questionário nos permitiu visualizar, portanto, foi a profunda heterogeneidade das soluções encontradas pelos grandes proprietários fluminenses enquanto resposta à crise econômica que atravessavam, aspecto este já enfatizado em outras fontes de época como a única alternativa então possível.¹⁵

Em segundo lugar, a fonte possibilitou detectar a predominância das formas de organização do trabalho rural no estado: excetuando-se Itaperuna, todos os municípios registraram a presença do salário (diário e mensal; a seco e com alimentação), colocando-se a seguir a meação – citada em vinte e nove municipalidades), seguida pela empreitada (acusada em 18 municípios). A aparente preponderância do que se denomina no Questionário como “assalariamento” merece alguns comentários. O que nos chama atenção foi a freqüência do uso do salário com alimentação (47 dos 48 municípios). Igualmente expressivo foi o baixo índice desses mesmos “salários” que, variando entre \$800 e 2\$500 réis diários, apresentaram-se, em média, na faixa de 1\$000 a 1\$500 (para 27 municípios). Se a isto acrescentamos que o primeiro item do inquérito “Principais queixas dos agricultores” teve como resposta mais comum “a falta de mão-de-obra”, não é difícil supor,

dentre outros aspectos, que: a) é altamente questionável o emprego do termo “salário” neste momento e contexto, na medida em que seu predomínio, com o acompanhamento da alimentação, indicava, na verdade, o quanto a reprodução da força de trabalho ainda não estava assegurada plenamente pelo mercado, dependendo, em alguma medida, da complementação pelo proprietário de terras, que fornecia as gêneros ou o crédito para sua obtenção; b) uma vez que esse “assalariamento” jamais apareceu sozinho na fonte, mas sempre associado a outras formas de organização do trabalho (ou até mesmo atividade de subsistência), seria possível falar não de seu caráter dominante junto às estruturas econômicas do Estado, mas até mesmo, de seu caráter esporádico e complementar àquelas outras modalidades, sendo utilizado de forma ocasional e provavelmente envolvendo quer o trabalho dos demais membros de uma família de meeiros ou parceiros, quer o tempo de trabalho excedente empregado pelo trabalhador ligado a outra atividade; c) na medida ainda em que essa forma de remuneração (salário com alimentação) apresentava-se sempre articulada a outros sistemas de trabalho, poderiam ser exatamente estes últimos que, resultando numa produção de gêneros mais baratos, explicariam o nível deprimido dos componentes monetários da remuneração do “assalariado”, já que numa mesma unidade produziria café e gêneros, configurando-se mais econômico para o

fazendeiro o fornecimento da alimentação, em troca de menores desembolsos efetivos de sua parte. Os baixos “salários”, acoplados a outras modalidades de emprego da mão-de-obra, viriam a ser, portanto, o expediente que permitiria a “sobrevida” do grande proprietário no contexto de crise da cafeicultura fluminense, como o Questionário, nos permite inferir da evidência de que a quase totalidade dos dez maiores produtores de café do estado pagavam sempre “salários” em torno de 1\$000 réis (o mínimo da média) ou até mesmo abaixo dela, como nos casos de Cantagalo e Itaperuna (\$800 réis).

Finalmente, pensou-se também que a concomitância tão freqüente entre “salário” e demais sistemas de trabalho rural teria um duplo sentido. Por um lado, lembrando que a maior reclamação da época era a “carência de braços”, fixar a mão-de-obra, a despeito da baixa remuneração, em face da ausência de leis específicas que compelissem ao trabalho e da concorrência de áreas urbano-industriais ou agrícolas mais prósperas.¹⁶ Por outro lado, absorver o restante da força de trabalho familiar do cultivador, aliviando o peso que a família poderia representar sobre a parte monetária do “salário” e que deprimindo-o ainda mais, teria efeitos justamente contrários à pretendida retenção de mão-de-obra.

O Questionário reflete, ainda, desde sua origem, uma preocupação com os preços de bens de consumo correntes e, conseqüentemente, ofereceu dados para um esboço

preliminar que, naquele momento, poderia ser comparado com outras fontes, tais como o *Retrospecto Comercial do Jornal do Comércio* para uma avaliação das flutuações internas desses preços e seus níveis em relação ao mercado da Capital Federal. Seria então possível estabelecerem-se hipóteses para explicar, face à política de estímulo à policultura, as variações, hipóteses que encontrariam no estudo mais aprofundado das condições locais e no uso de fontes mais específicas, a sua comprovação final.

Internamente, os preços variavam em cada município entre um mínimo e um máximo que dependiam do produto e das condições locais. Tomando-se alguns gêneros especificamente, vimos que o feijão tinha seus preços situados, no mercado local (\$100 a \$200 réis), abaixo daqueles vigentes na Capital Federal (\$400 a \$530 réis). O mesmo se aplicava ao arroz nos 18 municípios que apresentaram tais dados. Para o milho e a farinha de mandioca o panorama se modificava, com poucos municípios situando-se abaixo dos preços mínimos cariocas e sua maioria situando-se nos mesmos níveis da Capital Federal.

Para o caso da farinha, os preços menores vigoraram em municípios da Baixada, área tradicionalmente produtora. Este não era o caso do milho, cultura intercalar ao café e muito disseminada pelo território fluminense. O Questionário não oferece condições plenas para explicar tal situação. É possível, porém, estabelecer algumas hipóteses.



Primeiramente, a diferença poderia estar relacionada com os custos da produção. No entanto, vimos que por alguns dados esparsos na própria fonte, esses custos não eram altos. Ademais, como já afirmamos, a mão-de-obra era barata e não se registravam cuidados especiais na seleção de sementes ou mudas, ou ainda no melhoramento da qualidade das terras. Segundo a maioria das reclamações, os preços poderiam ser agravados pelas dificuldades e carestia dos transportes, cujos altos níveis podem ser aquilatados a partir dos preços de fretes fornecidos para os mercados local e regional. Como as estações da estrada de ferro se situavam em alguns ou apenas um distrito do município, parte considerável do transporte era ainda realizada de forma tradicional, o que era caro. Acrescente-se o fato de que os fretes da Leopoldina eram alvo constante de reclamações, especialmente

onde não sofriam a concorrência de outra via férrea, sendo ela a única opção. Poderia ainda se colocar a situação de levar ao mercado do Rio ser mais barato e lucrativo, devido aos preços mais remuneradores para o produto e seu transporte. Para terminar, não se torna claro no Questionário se os preços dos gêneros que apresenta já sofriam a influência de intermediários, lembrando, além disso, que a produção fluminense estava protegida contra a concorrência de similares de procedência externa – nacional ou estrangeira.

Para esses fatos, além de outros que se constituíram em itens do Questionário, a fonte nos impõe interrogações que avançariam a pesquisa, orientando a busca de novos recursos e documentos os quais, muitas vezes, demandariam novos métodos, plenos de criatividade, para sua exploração mais cabal.

Quadro 2
Dez Maiores Municípios Produtores
Estado do Rio de Janeiro (1910-1920), em toneladas

	CAFÉ		AÇÚCAR		MILHO		FEIJÃO		ARROZ		FARINHA	
	1910	1920	1910	1920	1910	1920	1910	1920	1910	1920	1910	1920
S.E. Paula (5.400)	Itaperuna (16.641)	Campos (28.385)	Campos (11.368)	S.A. Pádua (12.000)	Itaperuna (23.326)	Pirai (1.200)	Bom Jardim (4.498)	Pirai (3.000)	Itaperuna (2.817)	Itaborai (1.125)	B.S. João (6.612)	
P. do Sul (5.100)	S.A. Pádua (14.485)	Macaé (1.999)	Cantagalo (6.463)	P. do Sul (8.550)	S.A. Pádua (12.892)	N. Friburgo (1.080)	Itaperuna (3.031)	P. do Sul (1.250)	B.S. João (2.249)	Japuíba (1.054)	Capivari (3.083)	
Bom Jardim (4.800)	Cambuci (5.799)	Itaocara (600)	Duas Barras (2.934)	Valença (7.800)	B.S. João (11.745)	P. do Sul (960)	Campos (1.081)	Itaocara (1.250)	S.A. Pádua (2.187)	Maricá (135)	Saquarema (2.789)	
Cantagalo (4.500)	P. do Sul (5.520)	Sapucaia (450)	Bom Jardim (2.085)	Pirai (7.200)	Cantagalo (11.215)	Campos (600)	Cantagalo (1.336)	Cantagalo (1.200)	Campos (1.063)	-	Japuíba (2.668)	
S. Tereza (4.050)	Madalena (3.193)	Maricá (90)	Itaperuna (2.315)	Bom Jardim (6.400)	Cambuci (9.793)	Valença (600)	B. S. João (1.158)	Valença (1.000)	Barra Mansa (1.061)	-	Campos (2.481)	
S.A. Pádua (3.978)	Bom Jardim (3.181)	Itaguai (75)	Itaocara (2.169)	Cantagalo (4.000)	S. Fidélis (9.005)	Bom Jardim (480)	S. A. Pádua (990)	S.A. Pádua (907)	Resende (827)	-	Macaé (2.313)	
Madalena (3.750)	S. Fidélis (2.083)	-	S. A. Pádua (1.890)	Duas Barras (3.600)	Itaocara (8.322)	S. A. Pádua (480)	Madalena (927)	Itaguai (500)	Cantagalo (724)	-	S. Gonçalo (1.538)	
Itaperuna (3.750)	Macaé (2.694)	-	Sapucaia (1.113)	Itaborai (3.300)	Campos (7.196)	Cantagalo (480)	Nova Friburgo (856)	Campos (480)	Cambuci (683)	-	Rio Bonito (1.192)	
Cambuci (3.539)	Campos (2.639)	-	Barra Mansa (1.069)	Itaguai (2.320)	P. do Sul (6.744)	Duas Barras (390)	Macaé (856)	Duas Barras (480)	Pirai (667)	-	S. Pedro Aldeia (1.192)	
S. Fidélis (3.000)	Valença (2.440)	-	Campos (1.049)	Petrópolis (2.100)	Campos (6.064)	Araruama (360)	Teresópolis (818)	N. Friburgo (250)	Valença (598)	-	N. Iguaçu (1.184)	

Fontes: Questionário sobre as Condições da Agricultura nos 48 Municípios Fluminenses de 1910. Recenseamento de 1920.



Quadro 3
Exportações Municipais – Estado do Rio de Janeiro (1910)

Município	Café	Açúcar	Aguardente	Gêneros/Destino
Angra dos Reis	xx			
Araruama		xx	xx	DF
Barra de São João	xx	xx		DF
Barra do Piraí	xx			DF
Bom Jardim	xx			DF
Cabo Frio				
Campos		xx	xx	
Cantagalo	xx			DF/MR
Capivari	xx	xx	xx	DF/MR
Carmo	xx		xx	DF/MR
Duas Barras	xx			MR
Iguaçu	xx		xx	DF
Itaguaí	xx		xx	DF
Itaocara	xx	xx	xx	DF/MR
Itaperuna	xx			DF/MR
Magé	**	xx		DF
Mangaratiba				
Maricá		xx	xx	MR
Monte Verde	xx			DF/MR
Niterói	**	**		
Nova Friburgo	xx			DF/MR
Paraíba do Sul	xx			DF
Paraty			xx	DF
Petrópolis	xx		xx	MR
Piraí	xx			MR
Resende	xx	xx	xx	DF
Rio Bonito	xx			DF
Rio Claro	xx			DF/MR
S. A. Japuíba	xx		xx	MR
S. M. Madalena	xx			DF
Santa Tereza	xx		xx	DF
Santo Antônio de Pádua	xx	xx	xx	DF/MR
São Fidélis	xx	xx	xx	DF/MR
São Francisco de Paula	xx			DF/MR
São Gonçalo	xx			DF/MR
São João da Barra	**	xx		MR
Itaboraí		xx	xx	MR
S.J. Marcos		**	xx	
São Pedro da Aldeia			xx	MR
São Sebastião do Alto	xx		xx	DF/MR
Sapucaia	xx		xx	DF
Squarema	xx			MR
Sumidouro	xx			DF/MR
Teresópolis		xx	xx	DF
Valença	xx		xx	DF
Vassouras	xx		xx	DF

Fonte: Questionário de 1910. (xx) Municípios Exportadores. (**) Municípios não-Produtores.

(DF) Distrito Federal. (MR) Mercado Regional.



Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório do Ministro, v.I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Diretoria Geral de Estatística. Questionário sobre as Condições da Agricultura nos 48 Municípios do Estado do Rio de Janeiro (1910–1913). Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1914.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Indústria Açucareira no Brasil. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1919.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado a 1º. de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1922, volume III.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria do Serviço de Inspeção Agrícola. Aspectos da Economia Rural Brasileira. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1922.
- MENDONÇA, S.R. O Convênio de Taubaté e a economia agrícola fluminense. In: *Locus: Revista de História*, n.1. Juiz de Fora: UFJF, 1999, p.33-50.
- RANGEL, S. F. *O café*. Rio de Janeiro: Centro Industrial do Brasil, 1908.
- RIO DE JANEIRO. Estado. Assembléia Legislativa. *Anais*. Rio de Janeiro: Typ. Oficial, 1900-1910.
- RIO DE JANEIRO. Estado. *Coleções de Leis e Decretos*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1904–12.
- SANTOS, A. M.; MENDONÇA, S. R. Fontes para o estudo da história econômica do Estado do Rio de Janeiro: Questionário de 1910-1913. In: *Cadernos do ICHF*, n.47. Niterói: EdUFF, 1992, p.1-40.

Abstract – *This article looks at the transformations in Rio de Janeiro's agricultural economy during the first two decades of the Twentieth Century. The research is based on two sources out of which a comparative analysis was made: "Questionnaire on the agricultural conditions in Brazil's districts" (1913) and "General Census of the Union" (1920). From this comparison, certain continuities and ruptures on the scene have been verified.*

Keywords: *fluminense agriculture; agricultural diversification; State of Rio de Janeiro.*

Resumen – *En el presente ensayo se averiguan las vicisitudes ocurridas en la economía agrícola del Estado de Río de Janeiro entre los decenios de 1910 y 1920. La investigación se basa en dos fuentes, mediante las cuales se llevó a cabo un análisis comparativo: "Cuestionario sobre las Condiciones de la Agricultura en los Municipios de Brasil", de 1913; y "Censo General de la Unión", de 1920. A partir de la comparación llevada a cabo, se han constatado continuidades y rupturas en el cuadro general de diversificación de la agricultura de este estado.*

Palabras-clave: *agricultura de Río de Janeiro; diversificación agrícola; Estado de Río de Janeiro.*



Notas

- ¹ Utilizaremos o *itálico* para toda e qualquer expressão de época presente na documentação consultada.
- ² Apesar de o Questionário ter sido aplicado entre 1910-1913, a frequência de informações relativas ao ano de 1910 levou-nos a tomá-lo como ano base da análise.
- ³ Recenseamento de 1920, vol.III, 2ª. Parte, p.140-141. Segundo a fonte, os municípios pequenos produtores de café oscilaram em média entre 2 e 46 toneladas do produto. Já os dois municípios que registraram, em 1910, expressiva produção cafeeira – Sumidouro e Macaé – apresentaram, em 1920, os números de 674 e 2.694 toneladas, respectivamente.
- ⁴ Cf. Rio de Janeiro, Anais: 1900, p. 340; Anais: 1905, p. 6; 1906, p.37; 1908, p. 194; 1909, p. 635-36.
- ⁵ O conjunto de dados relativos às exportações do Estado do Rio para o ano de 1920 foi extraído da fonte “Aspectos da Economia Rural Brasileira”, 1922, p. 573.
- ⁶ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1919, p. 25.
- ⁷ A este respeito, ver: Mendonça, 1999, p. 33-50.
- ⁸ Cf. “Aspectos da Economia Rural Brasileira”, 1922, p.529.
- ⁹ Eram eles: Araruama, Barra Mansa, Campos, Carmo, Duas Barras, Itaguaí, Itaperuna, Paraíba do Sul e Santa Tereza.
- ¹⁰ Eram eles: Cantagalo, Itaocara, Resende, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Valença e Vassouras.
- ¹¹ Rio de Janeiro, “Coleções de leis e decretos”, 1904, p. 204-5; 1909, p. 24-25; 1910, p. 64. Ver ainda: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Relatórios, 1912, vol. I, p. 35 e 84.
- ¹² Sua produção média era de 450 toneladas, em 1910.
- ¹³ Anais, 1911, p. 233 e 416; 1902, p.18 e 25; 1903, p.12; 1904, p.13; 1908, p. 196; 1909, p.168.
- ¹⁴ Anais, 1902, p. 18 e 25; 1903, p.12; 1904, p. 13; 1908, p.196; 1909, p.168.
- ¹⁵ A esse respeito, ver: Rangel, 1908, p. 43-44.
- ¹⁶ Anais, 1904, p. 103; 1906, p.206; 1911, p. 114 e 156; 1912, p. 115 e 290.

